



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
15ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA  
(2º Grupamento de Fronteira/1971)  
(BRIGADA GUARANI)**

**(Processo Administrativo n.º 65327.000326/2026-47 )**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Contratação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

| QUADRO CONSOLIDADO DE NECESSIDADES DO CMDO 15ª BDA INF MEC E OMDS/GCALC, SEDIADAS EM CASCATEL-PR |  |        |                         |                                     |                       |                    |                   |
|--|--|--------|-------------------------|-------------------------------------|-----------------------|--------------------|-------------------|
| ITEM   | ESPECIFICAÇÃO  | CATSER | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE DE MÁXIMA ANUAL (LINHAS) | VALOR UNITÁRIO MENSAL | VALOR TOTAL MENSAL | VALOR TOTAL ANUAL |
| 1  | Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel Ilimitada para celular e fixo de qualquer operadora usando CSP da operadora Contratada, com fornecimento à Contratante pela Contratada, em regime de comodato, de aparelhos Modelo tipo I, incluindo: ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para telefone fixo ou móvel de qualquer operadora; roaming nacional; roaming internacional; caixa postal; envio de SMS; fornecimento de Chip Sin Card, com tecnologia 5G e franquia mensal mínima de 10 GB; ferramenta de gerenciamento de dispositivos (MDM), incluindo todas as tributações . | 26387  | Und (serviço mensal)    | 24                                  | R\$ 122,30            | R\$ 2.935,20       | R\$ 35.222,40     |
| TOTAL ANUAL  |  |        |                         |                                     |                       |                    | R\$ 35.222,40     |

1.2 A estimativa do número máximo de linhas telefônicas a contratar no ano e a quantidade máxima de serviços anual serem contratados constam na tabela abaixo:

| ESPECIFICAÇÃO   | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE E MÁXIMA DE LINHAS A CONTRATAR | NÚMERO DE MESES | QUANTIDADE MÁXIMA ANUAL |
|---|-------------------------|---|-----------------|-------------------------|
| Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel Ilimitada para celular e fixo de qualquer operadora usando CSP da operadora Contratada, com fornecimento à Contratante pela Contratada, em regime de comodato, de aparelhos Modelo tipoI, incluindo: ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para telefone fixo ou móvel de qualquer operadora; roaming nacional; roaming internacional; caixa postal; envio de SMS; fornecimento de Chip Sin Card, com tecnologia 5G e franquia mensal mínima de 10 GB; ferramenta de gerenciamento de dispositivos (MDM), incluindo todas as tributações | Und (serviço mensal)    | 24  | 12              | 288                     |

1.3. O Quadro demonstrativo dos quantitativos mínimo e máximo de linhas telefônicas móvel a serem contratados constam na tabela abaixo:

| ESPECIFICAÇÃO   | UNIDADE DE FORNECIMENTO | QUANTIDADE MÁXIMA DE LINHAS MENSAIS A CONTRATAR | QUANTIDADE MÍNIMA DE LINHAS MENSAIS A CONTRATAR |
|---|-------------------------|---|---|
| Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel Ilimitada para celular e fixo de qualquer operadora usando CSP da operadora Contratada, com fornecimento à Contratante pela Contratada, em regime de comodato, de aparelhos Modelo tipoI, incluindo: ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para telefone fixo ou móvel de qualquer operadora; roaming nacional; roaming internacional; caixa postal; envio de SMS; fornecimento de Chip Sin Card, com tecnologia 5G e franquia mensal mínima de 10 GB; ferramenta de gerenciamento de dispositivos (MDM), incluindo todas as tributações | Und (serviço mensal)    | 24  | 1   |

1.4 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, de acordo com o art.6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável para até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que se destina à manutenção da atividade administrativa dos órgãos, decorrentes de necessidades permanentes, de acordo com o art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A presente contratação justifica-se:

2.1.1. Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto nº 11.462/2023 e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, esta Organização Militar necessita realizar o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, por Sistema de Registro de Preços (SRP), para a Contratação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e de Internet Móvel Ilimitada.

2.1.2. O contrato atual de prestação de serviço de telefonia, já foi aditivado ao máximo, está próximo do encerramento, havendo a necessidade de realizar um novo processo licitatório adequado às soluções tecnológicas atuais e manter ativos os serviços de telefonia essenciais.

2.1.3. A 15ª BRIGADA DE INFANTARIA DE MECANIZADA necessita atender suas demandas internas referentes à contratação de serviços de telefonia necessários à condução da atividade meio, sem infortúnios ou interrupções, o que impacta no cumprimento da atividade fim, o qual é o preparo e emprego da tropa.

2.1.4. Nos tempos atuais o fluxo de dados e informações em tempo real é ferramenta indispensável à gestão eficiente de qualquer instituição. No âmbito das Forças Armadas, as tecnologias de comunicação são indispensáveis à condução de diversas atividades, como gestão de recursos humanos, saúde, instrução, logística, direção e controle, entre outras.

2.1.5. A execução de missões em áreas distantes da sede da OM evidencia a necessidade de uma comunicação ágil e eficaz. Essa realidade destaca a importância de um serviço de telefonia que permita não apenas ligações telefônicas, mas também outros meios de comunicação essenciais, como e-mails, mensagens instantâneas e videochamadas, garantindo a integração e a colaboração entre os diferentes setores da OM. O serviço de telefonia móvel também facilita a comunicação entre as seções, os servidores e o público externo.

2.1.6. Sinteticamente, a contratação do Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e de Internet Móvel Ilimitada foi motivada pela necessidade de manutenção desses serviços de comunicação interpessoal, obtenção de informações e o compartilhamento de dados e informações necessários à coordenação e tomada de decisão em diversos níveis. Além disso, a portabilidade e a flexibilidade dos serviços são importantes para o funcionamento das atividades administrativas e operacionais da Organização Militar.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025/2026.

### **3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. O Órgão, através da Seção de Tecnologia da informação da 15ª Brigada de Infantaria Mecnizada, identificou a necessidade de contratação apenas dos Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel com fornecimento de aparelhos telefônicos na modalidade comodato para atender suas necessidades de forma contínua.

#### **Requisitos de Capacitação**

4.2 Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto.

#### **Requisitos legais:**

4.3 O processo de contratação deverá cumprir os postulados legais vigentes, bem como as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL e as normas de segurança da Contratante. Entre as legislações aplicáveis destacamos:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- Lei nº 9.472, de 1997 (Lei geral de telecomunicações).
- Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD).
- Decreto nº 10.024, de 2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica)
- Decreto nº 11.462, de 2023 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços).
- Decreto nº 7.174, de 2010 (Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação).
- Decreto nº 9.637, de 2018 (Política Nacional de Segurança da Informação).
- Decreto nº 10.046, de 2019 (Governança no compartilhamento de dados).
- Portaria SLTI/MPOG nº 20, de 2016 (Orientações para contratação de soluções de TI).



- Portaria SGD/MGI nº 852, de 2023 (Programa de Privacidade e Segurança da Informação – PPSI).
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 2017 (Contratação de serviços sob o regime de execução indireta).
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021 (Pesquisa de Preços).
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022 (contratação de soluções de TIC).
- Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 2020 (Estrutura de Gestão da Segurança da Informação).
- Resolução ANATEL nº 717, de 2019 (Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações).
- Resolução ANATEL nº 477, de 2007 (Regulamento do Serviço Móvel Pessoal– SMP).
- Resolução ANATEL nº 632, de 2014 (Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações).
- Resolução ANATEL nº 667, de 2016 (Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo).
- Resolução ANATEL nº 550, de 2010 (Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal–SMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP)).
- Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27001:2022 - Segurança da Informação, Segurança Cibernética e Proteção à Privacidade - Sistemas de Gestão da Segurança da Informação – Requisitos.
- Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002:2022 - Segurança da Informação, Segurança Cibernética e Proteção à Privacidade - Controles de Segurança da Informação.
- ABNT NBR ISO/IEC 17799:2005 - Código de Prática para Gestão de Segurança de Informações.

#### **Requisitos de Manutenção:**

4.4 A contratada deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha no fornecimento dos serviços, nos componentes ou equipamentos sob sua responsabilidade.

#### **Requisitos temporais:**

4.5. Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até 10 (dez) dias, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

4.5.1. O início da prestação dos serviços inclui a entrega dos Chip Sim Card e dos aparelhos telefônicos, a ativação de números telefônicos novos, a portabilidade dos números telefônicos existentes, a disponibilidade do serviço de telefonia móvel pessoal, o acesso à internet móvel ilimitada e o serviço de gerenciamento de dispositivos móveis.

4.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.7. Todos os prazos citados, quando não expressos de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

#### **Requisitos de segurança e privacidade:**

4.8. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.9. A Contratada deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.9.1. A série das normas técnicas ABNT NBR ISO/IEC 27001 (Segurança da Informação, Segurança Cibernética e Proteção à Privacidade - Sistemas de Gestão da Segurança da Informação – Requisitos) em sua versão mais atual.

4.9.2. Norma ABNT NBR ISO/IEC 17799:2005 - Código de Prática para Gestão de Segurança de Informações.

4.9.3.. A Contratada deve prover mecanismos que assegurem a segurança das comunicações realizadas, no tocante à disponibilidade, integridade e confidencialidade.

4.9.4. A Contratada deverá garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais da quebra de sigilo de telecomunicações.

4.9.5. A Contratada deverá executar os serviços em estreita observância aos ditames da Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

4.9.6. A Contratada deve garantir, para os casos de cancelamento, descontinuidade, portabilidade e renovação do referido instrumento contratual ou similar, bem como substituição de ambiente, procedimentos que visem eliminação e/ou à destruição definitiva dos dados, metadados, informações e conhecimento.

4.9.7. A Contratada deverá manter sigilo e respeitar as normas de segurança vigentes no órgão.

4.9.8. A contratada deverá providenciar e manter equipe técnica qualificada para a prestação dos serviços.

4.9.9. A Contratada deve utilizar como parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos em regulamentação da ANATEL, em especial o REGULAMENTO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES – RQUAL, aprovado pela Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019.

4.9.10. A Contratada deverá disponibilizar o serviço de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM) através de um portal web que permitirá à contratante efetuar a gestão e controle de todas as suas linhas móveis contratadas. O acesso ao portal deve ser realizado com login e senha pessoal, garantindo o acesso apenas de pessoas autorizadas, sendo disponibilizado no mínimo dois perfis de acesso.

4.9.10.1 O MDM deverá permitir que a Contratante realize, para cada usuário, acompanhamento de: uso de voz por data e hora, destino, número chamado, etc. Permitirá, ainda, o controle do consumo de dados móveis, do acesso a sites e aplicativos, definir bloqueios de acesso, localização geográfica de dispositivos, etc.

4.9.10.2 A Contratada será responsável pela manutenção, recuperação e segurança dos dados do serviço de gerenciamento on-line.

#### **Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.10. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.10.1 A contratação visa garantir que os serviços de telefonia móvel estejam alinhados com os princípios de responsabilidade social, ambiental e cultural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar dos envolvidos.

4.10.2 **Inclusão Social:** a solução deve promover a inclusão social, garantindo o acesso equitativo e igualitário aos recursos de comunicação para todos os usuários.

4.10.3 Diversidade Cultural: a solução deve respeitar e valorizar a diversidade cultural das pessoas atendidas pela Administração, promovendo a preservação e o intercâmbio cultural por meio da comunicação e da tecnologia.

4.10.4. Preservação Ambiental: a solução deve considerar os princípios de sustentabilidade ambiental, buscando minimizar os impactos negativos ao meio ambiente, incluindo a redução do consumo de energia, a utilização de materiais e equipamentos eficientes, e a adoção de práticas que favoreçam a conservação dos recursos naturais.

4.10.5 Acessibilidade: a solução deve assegurar a acessibilidade digital para pessoas com deficiência, garantindo que a infraestrutura e os serviços de telefonia móvel sejam projetados e desenvolvidos de forma a permitir ou sopor todos, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou cognitivas.

4.10.6 Respeito aos Costumes Locais: a solução deve respeitar os costumes, tradições e valores das comunidades locais, evitando práticas que possam ser consideradas ofensivas ou desrespeitosas em contextos culturais específicos

4.10.7 Conservação do Patrimônio Cultural: a solução deve adotar medidas para preservar o patrimônio cultural e histórico das regiões onde os serviços serão implantados, protegendo locais de importância cultural e promovendo a conscientização sobre sua importância.

4.11 Os usuários serão devidamente orientados quanto à correta utilização dos serviços de telefonia e internet móvel, os quais atenderão necessidades funcionais, individuais e coletivas, alinhados com os valores e ética profissional militar do Exército Brasileiro. Nesse sentido, almeja-se o uso diligente das redes sociais e a preservação de dados sensíveis e da imagem da instituição.

#### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica:**

4.12. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.13. A Contratada será responsável por todos os requisitos de arquitetura tecnológica necessários à boa prestação dos serviços, tais como hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagem de programação, interface, dentre outros aspectos.

4.14. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

#### **Requisitos de Projeto e de Implementação:**

4.15. Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.15.1 Disponibilidade e Confiabilidade: É essencial que os serviços de telefonia estejam disponíveis de forma contínua e confiável, assegurando a comunicação ininterrupta em toda a instituição.

4.15.2 Escalabilidade: Os serviços devem ser dimensionados para suportar o crescimento futuro da instituição, permitindo uma fácil expansão conforme necessário, sem comprometer o desempenho.

4.15.3 Segurança da Informação: Deve ser implementado um conjunto abrangente de medidas de segurança para proteger os dados e as comunicações dos usuários, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

4.15.4 Facilidade de Gerenciamento: Os sistemas de telefonia devem ser fáceis de gerenciar e administrar, permitindo uma configuração e manutenção simplificadas por parte dos responsáveis técnicos.

4.15.5 Compatibilidade com Normas e Padrões: Os serviços devem estar em conformidade com as normas e padrões de telefonia reconhecidos internacionalmente, garantindo a interoperabilidade e a qualidade dos serviços prestados.

4.15.6 Suporte Técnico: Deve ser fornecido suporte técnico qualificado e eficiente para solucionar quaisquer problemas ou dúvidas relacionadas aos serviços de telefonia, garantindo um atendimento rápido e eficaz.

4.15.7 Documentação Detalhada: Deve ser disponibilizada uma documentação completa e detalhada dos serviços de telefonia, incluindo manuais de operação, guias de configuração e outras informações relevantes para facilitar o uso e a administração dos sistemas.

4.15.8 Portabilidade de Números: A nova empresa de telefonia móvel contratada deve oferecer suporte completo para o processo de portabilidade de números, garantindo que os usuários possam manter seus números de telefone existentes ao migrar para os serviços oferecidos pela CONTRATADA.

#### **Requisitos de implantação:**

4.16. Os requisitos de implantação dos novos serviços de telefonia móvel devem garantir uma integração perfeita com a infraestrutura existente da instituição. É essencial que a implantação seja conduzida de maneira a compatibilizar os novos sistemas com os recursos e dispositivos já em uso pela instituição, incluindo servidores, redes de comunicação e equipamentos de telefonia existentes.

#### **Requisitos de Garantia e Manutenção:**

4.17. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações

4.18 A Contratada deverá prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas corridas a contar da solicitação, por intermédio de canal eletrônico ou do preposto designado para acompanhamento do contrato.

4.19 Os chips e os aparelhos telefônicos a serem utilizados na prestação do serviço deverão ter garantia por todo o período do contrato. No caso de defeitos não ocasionados por mau uso, o reparo ou a substituição dos Sim Card deverá ser feito em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação à Contratada, e não pode representar nenhum ônus para a Contratante.

4.19.1 Os aparelhos disponibilizados deverão ser novos, e cobertos por garantia mínima de 12 (doze) meses.

4.19.2 Em caso de defeito em aparelho dentro do prazo de garantia, cabe à CONTRATADA o recolhimento do equipamento para envio à assistência técnica da fabricante para análise, conserto, ou substituição, conforme o caso.

4.19.2 .Caso o aparelho se encontre fora da garantia, a CONTRATADA deverá substituí-lo em até 20 (vinte) dias úteis, contados da comunicação feita pelo CONTRATANTE e sem ônus para este, excetuando-se os casos de mau uso que acarretem quebra ou mau funcionamento, bem como de furto ou roubo, sob pena de aplicação de penalidade a quem deu causa.

4.19.3 Nas hipóteses de extravio, furto ou roubo, enquanto não for solicitado o bloqueio do SIM CARD pelo CONTRATANTE, este arcará com os custos das ligações e/ou utilização dos serviços habilitados.

#### **Requisitos de Experiência Profissional:**

4.20 Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

#### **Requisitos de Formação da Equipe:**

4.21 Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

### **Requisitos de Metodologia de Trabalho:**

4.22 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pela Contratada de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.23 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.24 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 24 horas por dia e 7 dias por semana por via telefônica.

4.25 A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.26 A Contratada deverá utilizar indicadores de qualidade do serviço regulamentados pela ANATEL, em especial, o REGULAMENTO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES—RQUAL, aprovado pela Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019, da ANATEL.

### **Vigência da contratação**

4.27 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável para até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.28 A vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme entendimento da Orientação Normativa AGU nº 39, de 13 de dezembro de 2011.

4.29 A Nota de Empenho deverá ser assinada no prazo de validade da Ata da Pesquisa de Preços, de acordo com o parágrafo único do art. 34 do Decreto nº 11.462, de 2023.

### **Vistoria**

4.30 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### **Indicação de marca/modelo**

4.31 Não serão indicadas marcas/modelo para os itens desta licitação, exceção prevista no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021. No entanto, os chips sim card fornecidos pela contratada devem apresentar características técnicas compatíveis com os serviços contratados e estar devidamente registrados e aprovados pelos órgãos regulamentadores e os aparelhos devem ter no mínimo as especificações descritas abaixo.

Os modelos dos aparelhos a serem fornecidos em regime de comodato deverão ser do Tipo Smartphone (Padrão Intermediário), novos (primeiro uso), de fabricação recente (lançados no mercado há no máximo 24 meses), possuindo características equivalentes ou superiores às especificações indicadas a seguir:

Tipo/Modelo: Smartphone com tela capacitiva multi-touch, arquitetura de processamento de 64 bits;  
Processador: Octa-Core com frequência mínima de 2.0 GHz;

Tecnologia de Rede: Compatibilidade nativa com 5G (SA/NSA), 4G/LTE, 3G e 2G;

Conectividade Sem Fio: Wi-Fi Dual Band (2.4GHz e 5GHz), Bluetooth 5.0 ou superior e GPS integrado (A-GPS, GLONASS);

Memória RAM: Mínimo de 4 GB (física);

Armazenamento Interno: Mínimo de 128 GB, com suporte a expansão via cartão MicroSD;

Sistema Operacional: Android versão 13 ou superior, com suporte a atualizações de segurança;

Tela: Tamanho mínimo de 6.5 polegadas, resolução mínima HD+ (720 x 1600 pixels);

Câmeras:

Principal (Traseira): Mínimo de 50 MP com autofocus e flash LED;

Frontal: Mínimo de 8 MP;

Bateria: Capacidade mínima de 5.000 mAh, com suporte a carregamento rápido;

Interfaces: Porta de comunicação e carga tipo USB-C;

Segurança: Sensor de impressão digital ou reconhecimento facial;

Funcionalidades: Viva-voz, agenda, identificador de chamadas, alerta vibratório, gravação de vídeo em Full HD, calendário, alarme, e suporte a aplicativos de produtividade e comunicação;

Acessórios e Insumos: Acompanhado obrigatoriamente de carregador de parede (padrão NBR 14136), cabo de dados USB-C, extrator de chip e respectivo SIM Card (padrão Nano-SIM) habilitado.

#### **Vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço**

4.32 Não se aplica. Exigência de Carta de Solidariedade

4.33 Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante, que assegure a execução do contrato.

#### **Subcontratação**

4.34 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual prevista no art. 122, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

#### **Verificação de amostra do objeto**

4.35 Não será exigida a apresentação de amostra do interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar.

#### **Garantia da Contratação**

4.36 Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, observado o disposto no art. 9º, inciso I, alínea “d” da IN SEGES nº 81/2022 e o art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. Para tanto, foram considerados os seguintes aspectos:

4.36.1 Os serviços serão adquiridos mediante demanda específica de itens e quantitativos, associado ao aporte orçamentário disponível, considerando se tratar de licitação para registro de preços.

4.36.2 A baixa complexidade técnica dos serviços, considerados individualmente, comuns no mercado, não gera riscos financeiros relevantes. Além disso, os pagamentos somente serão realizados após a realização dos serviços, mediante recebimento aprovado pela comissão fiscalizadora.

4.36.3 Conforme os parâmetros do TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão nº 3.126/2012 – Plenário).

#### **i. Informações relevantes para a apresentação da proposta**

4.37 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.37.1 O item da licitação engloba serviços de telefonia móvel pessoal, internet móvel ilimitada e MDM com franquia de dados mínima de 10 GB;

4.37.2 Na elaboração de sua proposta, cada licitante deve considerar os quantitativos mínimos e máximos previstos, o valor unitário mensal de cada linha, o valor total mensal e o valor total anual.

4.37.3 Os modelos dos aparelhos a serem fornecidos em regime de comodato deverão ser do Tipo Smartphone (Padrão Intermediário), novos (primeiro uso), de fabricação recente (lançados no mercado há no máximo 24 meses), possuindo características equivalentes ou superiores às especificações indicadas a seguir:

Tipo/Modelo: Smartphone com tela capacitiva multi-touch, arquitetura de processamento de 64 bits;  
Processador: Octa-Core com frequência mínima de 2.0 GHz;

Tecnologia de Rede: Compatibilidade nativa com 5G (SA/NSA), 4G/LTE, 3G e 2G;

Conectividade Sem Fio: Wi-Fi Dual Band (2.4GHz e 5GHz), Bluetooth 5.0 ou superior e GPS integrado (A-GPS, GLONASS);

Memória RAM: Mínimo de 4 GB (física);

Armazenamento Interno: Mínimo de 128 GB, com suporte a expansão via cartão MicroSD;

Sistema Operacional: Android versão 13 ou superior, com suporte a atualizações de segurança;

Tela: Tamanho mínimo de 6.5 polegadas, resolução mínima HD+ (720 x 1600 pixels);

Câmeras:

Principal (Traseira): Mínimo de 50 MP com autofoco e flash LED;

Frontal: Mínimo de 8 MP;

Bateria: Capacidade mínima de 5.000 mAh, com suporte a carregamento rápido;

Interfaces: Porta de comunicação e carga tipo USB-C;

Segurança: Sensor de impressão digital ou reconhecimento facial;

Funcionalidades: Viva-voz, agenda, identificador de chamadas, alerta vibratório, gravação de vídeo em Full HD, calendário, alarme, e suporte a aplicativos de produtividade e comunicação;

Acessórios e Insumos: Acompanhado obrigatoriamente de carregador de parede (padrão NBR 14136), cabo de dados USB-C, extrator de chip e respectivo SIM Card (padrão Nano-SIM) habilitado.

## **5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. A prestação dos serviços deve ser iniciada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até 10 (dez) dias, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

5.1.2. O Termo de Contrato será assinado imediatamente após o início da prestação dos serviços, com a entrega dos Chip Sim Card e dos aparelhos telefônicos, a ativação de números telefônicos novos, a portabilidade dos números telefônicos existentes, a disponibilidade do serviço de telefonia móvel pessoal, o acesso à internet móvel ilimitada, o serviço de gerenciamento de dispositivos móveis, e todos os demais serviços previstos.

5.1.3. Os serviços contratados deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

## **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. ÓRGÃO GERENCIADOR: UASG 160209 – 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada e suas OMDs (15ª Bda Inf Mec) -Rua Rio de Janeiro nº 229 – Centro – CEP: 85801-030 – Cascavel – PR (45) 3225-1022 RITEx: 835-6420 FAX: (45) 3223-0715 Oratório: (45) 3224-4903, email:s4.ch@15ciacommec.eb.mil.br

5.3. A entrega dos chip sim card, dos aparelhos telefônicos e a habilitação dos serviços devem ocorrer no seguinte horário: dias de expediente do Órgão, de segunda a quinta-feira, de 7:30 às 16:00 horas, e sexta-feira, de 7:30 às 11:30 horas.

5.4. Os prazos constantes no Termo de Referência podem ser prorrogados, excepcionalmente, a critério da Contratante, desde que justificado previamente pela contratada e autorizado pela Contratante. Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em especial os aparelhos telefônicos com os chips sim card nas quantidades estimadas neste instrumento, promovendo sua substituição quando necessário.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6. De acordo com o item 4.37 deste Termo de Referência.

### **Especificação da garantia do serviço(art.40,§1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Formas de transferência de conhecimento**

5.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

5.10. Cada Ordem de Serviço (OS) conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo.

### **Mecanismos formais de comunicação**

5.11. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 5.11.1. Ordem de Serviço;
- 5.11.2. Ata de Reunião;
- 5.11.3. Ofício;
- 5.11.4. Sistema de abertura de chamados;
- 5.11.5. E-mails e Cartas;

### **Formas de Pagamento**

5.12. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.



## **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

5.13 O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.14. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no Órgão, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, deverão ser apresentados na assinatura do contrato.

## **6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Preposto**

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período que a Contratante julgar necessário.

6.7. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **Reunião Inicial**

6.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

6.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 03 (três) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

6.10. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.10.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

6.10.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

6.10.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

6.10.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

6.10.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

### **Fiscalização**

6.11. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

6.12. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.12.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.12.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.12.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.12.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

Cabe ao gestor do contrato:

6.14. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

## **7 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.1 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.1 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.1 Multa:

**7.2.1.1.** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias

**7.2.1.2** Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.1.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**7.2.1.4** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**7.2.1.1.** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

**7.2.1.1.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

**7.2.1.1.** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

**7.2.1.1.** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.1 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.1 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.1 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.1 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme a seguir:

|                        |  |
|------------------------|--|
| Finalidade             | Garantir disponibilidade dos serviços      |
| Meta a cumprir         | Prestação do serviço de forma ininterrupta |
| Instrumento de medição | Comunicações de interrupção dos serviços   |
| Forma de               | Controle do fiscal do contrato             |

|                               |   |
|-------------------------------|---|
| acompanhamento                |   |
| Periodicidade                 | Mensal  |
| Mecanismo de cálculo          | Somatório do número de comunicações no mês considerado  |
| Início da vigência            | Data de ativação dos serviços   |
| Faixas de ajuste no pagamento | 1. Serviços prestados sem interrupção: fatura mensal paga integralmente.<br>2. IIS até 2 (duas) comunicações mensais: fatura mensal paga integralmente.<br>3. IIS $\geq$ 3 (três) e $\leq$ 4 (quatro) comunicações mensais: pagar 95% da fatura<br>4. IIS $\geq$ 5 (cinco) e $\leq$ 6 (seis) comunicações mensais: pagar 90% da fatura<br>5. IIS $>$ 6 (seis) comunicações mensais: pagar 70% da fatura |
| Sanções                       | Será aplicada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da fatura mensal quando o IIS for maior que 4 (quatro) comunicações mensais   |
| Observações                   | 1. Serão utilizados dias corridos na medição.<br>2. Apenas os protocolos abertos pelo fiscal de contrato serão contabilizados.<br>3. Na hipótese de aplicação da sanção indicada, fica assegurado à Contratada o direito ao contraditório e defesa. Serão desconsideradas as solicitações de atendimento não cumpridas no prazo estabelecido por motivos fortuitos ou força maior                       |

8.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.2.1. Não produzir os resultados acordados;

8.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas;

8.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará critérios como qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência e segurança.

#### **Recebimento do objeto**

8.5. Os serviços e os aparelhos telefônicos serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem à parcela a ser paga.

8.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

8.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

8.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

8.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

8.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.19.1. Integridade e funcionamento adequado dos chip sim card e dos aparelhos telefônicos fornecidos pela contratada com foco nas especificações descritas neste documento.

8.19.2. Execução de ligações locais e de longa distância para telefones fixos e móveis, envio de mensagens, caixa postal.

8.19.3. Efetividade da portabilidade numérica realizada.

8.19.4. Verificação do nível e qualidade do sinal de conexão com a internet e as taxas de recebimento e transferência de arquivos.

8.19.5. Acesso e operação da ferramenta de gerenciamento de dispositivos móveis.

8.19.6. Outros procedimentos julgados necessários para verificar se os serviços contratados atendem todas as especificações exigidas.

### **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

8.20. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, que notificará a Contratada, atribuindo pontos para as ocorrências conforme a tabela abaixo:

| ITEM | OCORRÊNCIA   | INCIDÊNCIA     | PONTOS PERDIDOS |
|------|--|----------------|-----------------|
| 1    | Não comunicar as interrupções programadas dos serviços ao agente de fiscalização contratual        | Por ocorrência | 0,1             |
| 2    | Transferir a responsabilidade por problemas de funcionamento dos serviços do objeto para terceiros | Por ocorrência | 0,2             |
| 3    | Entregar documento de cobrança fora do prazo regulamentar.   | Por ocorrência | 0,3             |
| 4    | Cobrança por serviços não prestados ou cobrança de valores em desacordo com o contrato             | Por ocorrência | 0,3             |
| 5    | Cobrança por serviços em desacordo com o contrato.   | Por ocorrência | 0,3             |
| 6    | Descumprir quaisquer itens do edital, contrato e seus anexos                                       | Por ocorrência | 0,3             |
| 7    | Deixar de informar e apresentar preposto à contratante em caráter definitivo ou temporário         | Por ocorrência | 0,3             |
| 8    | Não atendimento do telefone fornecido pela Contratada para os                                      | Por ocorrência | 0,3             |



|    |  |                           |     |
|----|--|---------------------------|-----|
|    | contatos e registros das ocorrências (por chamada não atendida).   |                           |     |
| 9  | Atraso na ativação dos serviços, as alterações de características técnica ou nas alterações de endereço.   | Para cada 5 dias corridos | 0,5 |
| 10 | Recusar-se a executar algum serviço que esteja previsto contratualmente.   | Por serviço, por dia      | 0,5 |
| 11 | Alocar recursos materiais em desconformidade com a qualidade ou quantidade especificadas   | Por ocorrência            | 0,5 |
| 12 | Atraso no atendimento e prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante  | Para cada 24 horas        | 0,5 |
| 13 | Não disponibilizar até 10 dias úteis antes do vencimento da fatura, arquivo eletrônico contendo detalhamentos necessários à conferência dos serviços utilizados, incluindo seu valor total, impostos e descontos, em conformidade com o preço contratado | Por ocorrência            | 0,8 |
| 14 | Não manter sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações.  | Por ocorrência            | 1,0 |
| 15 | Tentativas de originar chamadas que resultem em comunicação completa com o número chamado inferior a 70% dos casos   | Por evento                | 1,0 |
| 16 | Tentativas de originar chamadas que não resultem em comunicação com o número chamado por motivo de congestionamento na rede, superior a 4%   | Por evento                | 1,0 |
| 17 | Interrupção da prestação dos serviços sem comunicação prévia e acordada com a Contratante  | Por cada hora             | 1,0 |

8.21. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

8.21.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.21.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.22. A cada registro de ocorrência será apurado o somatório da pontuação das ocorrências acumuladas no período de 6 (meses) anteriores ao fato gerador. Esta pontuação servirá como base para que a Contratante aplique sanções administrativas, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma sanção, esta será imediatamente aplicada, observado o processo administrativo:

| PONTUAÇÃO ACUMULADA | SANÇÃO  |
|---------------------|---|
| 1                   | Advertência   |
| 2                   | Advertência   |
| 3                   | Multa correspondente a 1% do valor faturado do mês de aplicação da sanção |
| 4                   | Multa correspondente a 2% do valor faturado do mês de aplicação da sanção |
| 5                   | Multa correspondente a 3% do valor faturado do mês de aplicação da sanção |
| 6                   | Multa correspondente a 4% do valor faturado do mês de aplicação da sanção |
| 7                   | Multa correspondente a 5% do valor faturado do mês de aplicação da sanção |
| 8                   | Multa correspondente a 6% do valor faturado do mês de aplicação da sanção |

|    |  |
|----|--|
| 9  | Multa correspondente a 7% do valor faturado do mês de aplicação da sanção  |
| 10 | Multa correspondente a 8% do valor faturado do mês de aplicação da sanção  |
| 11 | Multa correspondente a 9% do valor faturado do mês de aplicação da sanção  |
| 12 | Multa correspondente a 10% do valor faturado do mês de aplicação da sanção |
| 13 | Rescisão Unilateral do Contrato  |

8.23. A quebra ou violação do sigilo telefônico e de dados, a qualquer momento, ensejará a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

### **Liquidação**

8.24 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.24.1.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.25. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.25.1 o prazo de validade;
- 8.25.2 a data da emissão;
- 8.25.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.25.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.25.5 o valor a pagar; e
- 8.25.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.26. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.27. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.28. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.29. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.30. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.31. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.32. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.33. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.34. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.35. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.38. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.39. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

8.40. Não será adotado o pagamento antecipado previsto no art. 145 da Lei nº 14.133/2021, pois não há situações em que se evidenciem sensível economia de recursos ou represente condição indispensável para a obtenção dos bens. Cessão de crédito

8.41. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.42. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.43. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.44. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou

creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 7.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.45. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.46. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado

### **Cessão de Crédito**

8.47. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.47.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.47.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.47.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.48.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.49. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.50. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI

## **9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma *ELETRÔNICA*, com adoção do critério de julgamento pelo menor preços.

### **Forma de fornecimento**

9.2 O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário .

### **Da Aplicação da Margem de Preferência**

9.3 Não será aplicada margem de preferência na presente contratação

### **Exigências de habilitação**

9.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.5 pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10 sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12 sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 9.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.22 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;(art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.23 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor- Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.24 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 9.25 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 05% do valor total estimado da contratação.

9.26 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.30 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

9.30.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

*9.31 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

9.31.1 *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

*9.31.1.1. A licitante deve ter executado, por no mínimo 12 meses, em contrato único ou separado, o Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel Ilimitada exigida*

*9.31.1.1. Atestados que se refiram a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, devendo ser comprovado por meio de contrato; ; e*

*9.31.1.1. Atestados que se refiram a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato Social Vigente, e*

*9.31.1.1. O Termo de Autorização, Contrato de Concessão ou documento equivalente para exploração dos serviços, objeto deste termo, subscrito pela ANATEL.*

9.31.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.1 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.32 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 *O custo estimado total mensal da contratação é de R\$ 2.935,20 ( Dois mil novecentos e trinta e cinco reais e vinte centavos) e o valor estimado anual é de R\$ 35.222,40 (trinta e cinco mil duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos nas tabelas constantes do item 1 deste instrumento.*

10.2 *Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:*

10.2.1 *em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.2.1 *em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;*

10.2.1 *serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou*

10.2.1 *poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.*

## 11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA


11.1 *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2 *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*


## 12 DISPOSIÇÕES FINAIS




- 12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas  
*Cascavel, 23 de março de 2026.*

Documento assinado digitalmente  
 **HARLEY ITAMAR DE RESENDE**  
Data: 06/04/2026 10:58:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**HARLEY ITAMAR DE RESENDE – 2º Ten**  
Membro da Comissão de Contratação

Documento assinado digitalmente  
 **MARILSON ALCIONE WEISER**  
Data: 06/04/2026 10:44:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MARILSON ALCIONE WEISER – S Ten**  
Membro da Comissão de Contratação

Documento assinado digitalmente  
 **ROBERT DAMIAO LIRA ALVES DA SILVA**  
Data: 06/04/2026 10:19:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ROBERT DAMIÃO LIRA ALVES DA SILVA– 3º Sgt**  
Membro da Comissão de Contratação

